

# Salazar e o Vaticano, da paz ao conflito? Bruno Cardoso Reis



## Agradecimentos

Gostaria de começar por, mais do que agradecer, sublinhar – pois as virtudes mais do que agradecerem-se, podem e devem ser assinaladas:

A *generosidade* do Professor Vítor de Sá e das entidades que o acompanharam na doação dos fundos que constituem este fundo. Ela é bem representativa da atenção desse distinto historiador e professor pelo futuro dos jovens cuja dedicação à história ele acarinhava.

A *isenção* com que a Universidade do Minho, particularmente o seu Conselho Cultural e os sucessivos júris por ele nomeados, têm gerido este legado. Num país que pela sua pequena dimensão e pela escassez dos recursos é tão fácil cair-se no paroquialismo, a simples leitura da lista de galardoados do Prémio de História Contemporânea, dos seus temas e universidades de origem, é esclarecedora a respeito deste facto. Não espanta, por isso, que hoje, a Universidade do Minho seja cada vez mais reconhecida como um pólo de excelência.

Gostaria ainda de acrescentar calorosos parabéns ao meu caro colega, vencedor *ex-aequo* deste prémio, e desejar-lhe a melhor sorte para o futuro e nomeadamente para a publicação da sua tese, que posso garantir-lhe tem pelo menos um futuro leitor interessado, pela curiosidade que a sua apresentação me despertou.

Este meu texto, que generosamente galardoaram, é na verdade também o produto de muitas outras generosidades, de que destacaria:

A de António Matos Ferreira, Paulo Fontes e dos demais membros e responsáveis do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, um projecto em que me orgulho de participar, e que tem sido um estímulo constante e fundamental ao prosseguimento das minhas investigações, como também à minha participação neste concurso.

A dos embaixadores António de Faria e Calvet de Magalhães, e frei Bento Domingues, pelos seus ricos testemunhos, sem condições em termos de citação e menos ainda de condicionamento da nossa análise.

A do Professor Doutor Manuel Braga da Cruz, actualmente Reitor da Universidade Católica e então a dirigir o ICS, que por várias vezes aceitou discutir a evolução desta investigação, apesar dos seus muitos compromissos. Tendo, desde logo, deixado claro que essas conversas não deveriam, de todo, levar-me a sentir qualquer prurido em discutir a pertinência das teses por ele defendidas, pois era da natureza da história que surgissem novas leituras nos diversos campos de investigação, o que só os enriquecia.

A da Doutora Isabel Fevereiro, em especial, mas também do demais pessoal do Arquivo Histórico do MNE, e dos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo, pelo

seu empenho em encontrarem o que precisava para avançar com a minha análise. Sendo que no caso da Dr.<sup>a</sup> Isabel Fevereiro foi ao ponto de se preocupar em procurar, por sua conta, documentos que me pudessem interessar, o que frequentemente foi o caso.

A da Fundação para a Ciência e Tecnologia e dos fundos da União Europeia (que raramente é citada nestas coisas), que permitiram que beneficiasse de uma bolsa PRAXIS XXI para subsidiar o decurso desta investigação.

A do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (e particularmente do seu director, Álvaro de Vasconcelos, e dos colegas que ajudam a preencher temporariamente as minhas funções), onde actualmente desenvolvo actividade, que sempre mostrou compreensão pelos condicionamentos que este tipo de eventos representam.

Finalmente, a muitos dos meus professores na FLUL, não só pelo que me ensinaram, mas também pelo que me encorajaram, nomeadamente e particularmente ao meu orientador, Professor Doutor António Telo, e os demais docentes no Mestrado de História Contemporânea, Professores Doutores João Medina, José Manuel Tengarrinha, António Ventura e Sérgio Campos Matos.

*Last but no least*, pois totalmente exteriores a este campo não regatearam também o seu apoio, aos meus amigos e família, em particular aos meus pais, pelo seu constante encorajamento, e à minha *namorada* pelo muito que me ajudou e pelo muito que suportou do lado desagradável de um trabalho tão exigente como este.

## Apresentação de “Salazar e o Vaticano”

Quanto aos resultados do meu trabalho, ou seja, a *Salazar e o Vaticano* propriamente ditos, posso falar sobretudo em termos dos *objectivos* a que me propus, e de até que ponto, no meu entendimento, eles se revelaram pertinentes. Estes foram, essencialmente dois:

- Estudar *fontes* – Arquivo Histórico do MNE, Arquivo Salazar nos ANTT – que cedo percebemos que eram muito ricas e tinham sido pouco exploradas, sobretudo nesta perspectiva (por oposição à sua utilização pontual como fontes indirectas para as relações Igreja/Estado em Portugal).

Revelaram-se particularmente ricos os fundos da correspondência entre Teixeira de Sampaio e Salazar e vários diplomatas no terreno, e o cruzamento das fontes escritas com as longas entrevistas que foi possível recolher com os protagonistas acima assinalados. Se a história oral não pode ser vista como a chave milagrosa para esclarecer as dúvidas do historiador da época contemporânea. Pois deve ser encarada com a mesma distância crítica que os demais documentos. Certamente faz sentido, sempre que possível, apostar *também* nela, pelo que permite de interacção do historiador com a testemunha, e porque a multiplicação e cruzamento de fontes é um elemento essencial para alcançar o máximo de informação e de rigor.

- Testar até que ponto os traços gerais dados por adquiridos para as relações entre o regime de Salazar e o Vaticano se verificavam ou precisavam de ajustamentos:

Evitando cair *a priori*:

- a) Na ideia da Igreja Católica como algo monolítico e uniforme;
- b) Na ideia de que as relações entre a S. Sé e Portugal estariam necessariamente sintonizadas com as relações entre os Bispos e o Governo e entre os militantes católicos e o regime do Estado Novo.

Estando atento à importância, em termos de contexto condicionante deste relacionamento entre Portugal e a Santa Sé:

- a) À evolução interna da sociedade portuguesa e, especificamente, dos católicos (objecto fulcral, mesmo se não único, destas relações);
- b) À evolução do sistema internacional, e à reacção dos dois actores estatais em que concentrámos a nossa atenção a estas mudanças.

De facto, verificámos a existência de variações significativas ao nível das atitudes do Papado, dos Bispos e de figuras destacadas do clero ou da

militância católica em Portugal, em relação aos sucessivos regimes políticos dominantes no Terreiro do Paço ou a determinadas situações concretas. Consolidámos a ideia da importância das gerações – entendidas, não enquanto rígido grupo etário, mas como grupos informais que viveram os mesmos acontecimentos marcantes na época formativa da vida, formaram redes de amigos próximas, receberam as mesmas influências intelectuais e ideológicas – na evolução do catolicismo português, com impacto directo nas crises que agitaram as relações entre Portugal e o Vaticano no período de Salazar.

Isto, apesar de ser igualmente claro que a existência destas divergências no seio do catolicismo não era algo que fosse visto como «natural», antes criava tensões, e uma tendência para a conformação com as posições de topo. No pós-Vaticano II a situação complica-se: os leigos católicos que se afastam e contestam o regime consideram-se com direito a maior protagonismo e autonomia (afirmação da laicidade), e reclamam que acima das directrizes de muito do episcopado português metropolitano, respeitam sobretudo a autoridade conciliar e papal, vendo no bispo do Porto um referência. Pelo que a crise prolonga-se, sem que o Vaticano possa ou deseje intervir de forma decisiva.

Quanto à ideia tradicional de períodos bem definidos de *paz* e de *conflito* entre *Portugal* e o *Vaticano* na época de Salazar – marcados, respectivamente, pelas datas de 1926 a 1958, com a sua consagração em 1940, e de 1958 a 1976, com os seus picos em 1958 e 1964 –, se não considerarmos que esta cronologia deva ser posta inteiramente de lado, entendemos, no entanto, que ela merece ser muito matizada.

Por um lado, pela existência de crises diplomáticas ocultas – isto é, com pouca visibilidade, quer ao nível do discurso historiográfico quer da opinião publicada em Portugal na época e posteriormente – que pouco ou nada tiveram que ver com as relações Igreja/Estado em Portugal. Por exemplo, as crises do Padroado de 1926 e 1950 e a crise na negociação da Concordata de 1938, todas elas produzindo uma situação de quase ruptura de relações entre Portugal e o Vaticano.

Por outro, pelo facto de ser claro que não se pode pressupor um alinhamento automático entre os vários níveis da Igreja Católica no quadro de um conflito

de um dos seus níveis com o Estado português. Por exemplo, durante a I República o Vaticano, a partir de 1914, pelo menos, mostrou-se muito mais cordato com o governo português que o episcopado ou os militantes católicos; os quais, por sua, (e sobretudo o clero do Padroado), viram com maus olhos a crise de 1926; e olharam para a crise de 1964 com uma disposição fúnebre. Ou seja, ao nível das relações entre Portugal e a S. Sé mesmo a paz ou conflito são realidades complexas.

Ao nível das teses fundamentais ao nível do campo das relações Igreja/Estado e da sua aplicabilidade ao campo das relações entre a S. Sé e Portugal concluímos que, pelas razões que acabamos de apontar, a sua aplicação neste quadro que estudámos tem algumas limitações (como seria de esperar de teses gerais). Muita da discussão em torno da tese do neoregalismo de Salazar aceite por uma Igreja submissa, *versus* a da convergência de objectivos entre Estado Novo e Catolicismo nacionalista, até determinada altura, mas com perfeita autonomia, por um lado, não tem plena pertinência no caso da S. Sé que é, claramente, não só autónoma mas também independente do governo português. Por outro lado, não tem suficientemente em conta que a relação entre bispos e poder político é intrinsecamente assimétrica. Finalmente, depende, em certa medida, do ponto de vista. De facto, do lado do Estado, temos um Salazar que é produto de uma formação marcada pelo regalismo e é um estatista, pelo que, mesmo que não se conforme estritamente com o modelo jurídico do regalismo, ele vê sempre os avanços que permite relativamente a ele como prova de benevolência da sua parte, a que deve corresponder iguais atenções – ou seja, auto-censura e auto-controlo – por parte da Igreja. Do lado da Igreja temos um Cerejeira que é claramente antiregalista, mas nem por isso menos nacionalista. Consciente da fragilidade material da Igreja e pessoalmente convencido de que Salazar é a melhor alternativa possível em termos dos interesses nacionais e eclesiais aposta naturalmente na colaboração, mas continua a sentir-se livre para marcar a distância que vai da prática política àquilo que seria o ideal católico e, por isso, mostrou-se sempre profundamente ofendido com a ideia da sua subordinação aos objectivos do Estado Novo.

No fundo a ideia de subordinação e de manipulação pelo Estado Novo (ou pela Oposição) do Catolicismo português é muito difícil de testar por três razões

fundamentais: 1) implica avaliar discursos relativos a intenções que são sempre difíceis de aferir; 2) corresponde a uma fragilidade estrutural da estrutura institucional eclesial face ao poder estatal; 3) a diferença entre uma colaboração independente e uma subordinação funcional é difícil de determinar em períodos de boas relações entre a Igreja e o Estado.

Em todo o caso o impacto desta questão na avaliação da relação entre o Papado e o Estado Novo é apenas indirecta (quando problemas surgidos no campo interno se reflectem a nível diplomático). Do nosso ponto de vista, as grandes crises, e várias houve entre o Portugal de Salazar e o Papado, tiveram fundamentalmente que ver com uma evolução divergente das estratégias de ambos os poderes relativamente à evolução do sistema internacional. O Papado apoiando a democratização, a integração europeia, a descolonização e procurando adaptar-se (e levando o catolicismo português a adaptar-se também); o Estado Novo resistindo a todos estes processos em nome de um Estado forte e pluricontinental. Claro que estes factos tiveram reflexos na própria dinâmica interna do catolicismo em Portugal e potenciaram os conflitos dos dissidentes católicos precisamente em torno da questão da natureza autoritária do regime e da sua feição colonialista. Ao longo da década de 60, a diplomacia papal e portuguesa procuram o mais possível conter o impacto destes factos nas relações bilaterais, nenhum dos lados desejando a ruptura pelos custos que ela poderia implicar para ambos os lados (minar perigosamente o regime, por em causa o *aquis* concordatário). O que nem sempre resultou, tendo ficado evidente o confronto entre as partes no caso dos bispos do Porto e da Beira, ou na questão da visita papal a Bombaim. Mesmo a vinda de Paulo VI a Fátima em 1967, se foi procurada pelos diplomatas de ambos os lados como um gesto de conciliação, revestiu-se de uma forma que deixa clara que a distância de fundo entre os dois líderes persistia.

Quanto ao peso de Salazar neste relacionamento, ele foi muito importante a partir de 1933 e até à sua morte. Mas, paradoxalmente, pode argumentar-se que a maior mudança deu-se não com a sua subida ao poder mas com a sua queda.

Ele continuou em traços fundamentais a política para o Vaticano que vinha sendo conduzida pelos governos da república desde 1918 (e deu melhores condições para a sua implementação, criando um poder credível e estável),

no sentido de se manter boas relações com a Igreja e o Papado, mas cedendo o menos possível a nível legislativo e, sobretudo, financeiro. Claro que ajudou que num campo tão importante como o da garantia do casamento católico até à presença da Igreja nas escolas e internatos públicos, Salazar, ao contrário dos seus antecessores da I República, não entendesse estes passos como verdadeiras cedências, mas no quadro de uma estratégia conservadora de mútua conveniência, no sentido de moralização da sociedade.

Tem algum sentido, neste quadro, falar-se do fundador do Estado Novo como sendo um católico? Nota-se isso na sua relação com a S. Sé? De facto, ele foi alguém que procurou um equilíbrio, uma federação autoritária das direitas, ao serviço do seu poder pessoal, com os católicos com eixo do poder e núcleo da nova elite governativa, mas pagando um preço por isso com cedências em muitos pontos importantes (desde logo, no abdicar das indemnizações ou devoluções em grande escala das propriedades nacionalizadas em 1910). Isto, no sentido de aliciar sectores laicos conservadores (de Albino dos Reis a Carmona), e de enfraquecer a capacidade mobilizador da oposição por via do anticlericalismo. Vários diplomatas vaticanos se queixaram disso de Ciriaci, que afirmou em 1940 que Salazar parecia só ser ditador no que não dizia respeito à Igreja, até mons. Gentile, em 1958, que afirmou a Ramiro Valadão que acreditava que Salazar fosse um católico muito piedoso e um estadista de grande gabarito, mas infelizmente nunca tinha dado conta que uma coisa tivesse influenciado a outra.

Já a sua morte política em 1968 veio criar fortes expectativas de mudança na S. Sé, como no episcopado e nos católicos portugueses, que ao serem traídas levaram, então sim, a uma mudança substancial na atitude do papa, dos bispos e da militância face ao regime. A ruptura foi clara, e como explica Tocqueville, na sua obra clássica sobre a Revolução Francesa, o «gentil» Marcelo foi bem mais castigado do que o «severo» mas «temido» Salazar. As crises de 1970 (Paulo VI recebe líderes do PAIGC, do MPLA e da FRELIMO) e 1974 (com a S. Sé a chamar o Núncio para consultas e a ameaçar cortar relações por causa da expulsão do Bispo de Nampula de Moçambique), com o Vaticano claramente a tomar iniciativas que sabia seriam altamente sensíveis para o governo português, são a prova disso.

Para fechar, queria exprimir a esperança de que o meu trabalho sirva de ponto de partida para outros, que certamente e saudavelmente chegarão a distintas

conclusões. Espero ainda que num campo complexo e, por isso, naturalmente polémico, se valorize o debate intelectual, evitando-se o clima sempre pouco saudável e fácil de atribuir intenções escusas e desonestas aos que discordam das posições que consideramos correctas. Ninguém resolverá este problema definitivamente e todos seremos algo condicionados pelo contexto: ou não fosse isso mesmo que justifica a importância da história. Quanto a isto não tenhamos ilusões. Por isso, depois de tantas vezes ter tido a última palavra relativamente às pessoas que fui estudando neste trabalho – como manda a boa metodologia – queria aqui, nesta ocasião, inverter as coisas. Termino, por isso, citando Teixeira de Sampaio e Ciriaci: O primeiro (que regista a conversa, tido no quadro da negociação da Concordata) afirma: “Disse-lhe que o Senhor Presidente do Conselho quer sobretudo evitar dificuldades futuras; não quer que numa Concordata destinada a acabar com quaisquer dificuldades existentes fique semente de dificuldades futuras pela imprecisão ou ambiguidade de fórmulas.” Ao que Ciriaci replica: “o intuito era o mais louvável, mas era difícilimo senão impossível atingir fim tão perfeito. A experiência da Igreja diz-lhe que as dificuldades entre o Estado e a Igreja renascem, ou se renovam sempre, ou persistem, através do séculos e sob todos os regimes; varia a intensidade delas, varia a forma, têm longas pausas, mas não se extinguem nunca.” O mesmo sucede com o seu estudo...

